

Adeus "Cidade partida"

Por Jailson de Souza e Silva, coordenador do Observatório de Favelas

O dia 30 de setembro de 2002 demonstrou para o conjunto da cidade, de forma traumática, a capacidade de intimidação do tráfico de drogas. Ele materializou, de certa forma, o atávico medo de determinados setores sociais que o "morro" descesse e cobrasse a conta da desigualdade e injustiça sociais característicos do cotidiano de muitos cariocas. Nesse caso, o asfalto e a favela, em seus temores/dores, tornaram-se um só. Mas o evento citado fez mais do que isso. O seu lado positivo, caso se possa falar em algum, foi o fato dele decretar a morte de uma noção equivocada, que caracterizou, todavia, muitos olhares lançados sobre o Rio de Janeiro nos últimos anos: a idéia de "cidade partida".

O equívoco fundamental dessa visão sociocêntrica, referenciada nos setores médios da cidade e massificada pelos meios de comunicação, é considerar que as distinções espacial, econômica e cultural, manifestas na demarcação de territórios dos diversos grupos sociais residentes na cidade, são suficiente para esfacelar a cidade. Não é partida uma cidade que construiu e constrói os vínculos históricos, econômicos, políticos, culturais existentes no Rio de Janeiro; onde se manifesta uma rica circularidade dos grupos sociais, em particular os populares. Essa dinâmica histórica gerou uma cidade plural, mas única, decorrente das variadas formas de encontros e distâncias estabelecidas no cotidiano dos cariocas. O fato dos setores que habitam os espaços formais não a perceberem, de forma ampliada, não impede que ela exista.

A cidade é uma só. Os processos de surgimento, expansão e consolidação das favelas, acelerados a partir da década de 90, contribuíram para constituir o Rio de Janeiro em seu formato atual, para o bem e para o mal. Processos que podem ser sintetizados em seis eixos básicos:

1. A ampliação da oferta de serviços públicos e privados, oferecidos pelo poder estatal, por Organizações Não Governamentais e, em menor medida, por empresas privadas.

A ausência do Estado nas favelas foi um argumento recorrente durante décadas para se explicar os diversos problemas existentes nesses territórios. Na década de 90, entretanto, assistiu-se à consolidação das políticas públicas centrada na urbanização das favelas, em detrimento da política de remoção. O poder estatal ampliou sua intervenção no campo das obras físicas - oferta de saneamento, creches, escolas, postos de saúde, praças e áreas de lazer; a oferta de energia foi praticamente universalizada, a oferta de serviços privados se ampliou de forma significativa, em particular no campo da oferta de alimentos, roupas e entretenimento (locadoras, games, salão de festas etc); surgiram diferentes tipos de organizações sociais, criadas por indivíduos e grupos locais e externos. Garantido o acesso aos serviços públicos para um conjunto crescente de favelas, a questão da sua qualidade tem assumido uma importância maior. A exceção é a política de segurança, em que nada se avançou, praticamente, em relação às décadas anteriores.

2. A expansão das comunidades favelas, expressa na verticalização ou na criação de novas favelas.

A valorização dos terrenos mais próximos ao centro da cidade, a precária oferta de habitações populares, a crise econômica e a falta de planejamento urbano voltado para os interesses populares são algumas das razões que provocaram a verticalização dos imóveis nas favelas mais antigas, com o acréscimo de sucessivos andares utilizados por familiares ou como fonte de renda. No mesmo processo,

acelerou-se a ocupação de novas áreas da cidade, em particular na Baixada de Jacarepaguá e na Zona Oeste. Assim, as comunidades populares, cada vez mais, se tornam visíveis em toda a paisagem da cidade do Rio de Janeiro.

3. A massificação de novas práticas educacionais e culturais.

A explosiva criação de Pré-vestibulares comunitários, de grupos institucionais de teatro, música, dança, vídeo, de cursos de informática e outros tipos de linguagem; a massificação do Funk e, de forma mais reduzida, do hip-hop permitem falar quase em uma revolução silenciosa nas favelas cariocas. Ela gera a formação de novos grupos sociais, em particular de jovens, que se colocam, em geral, de forma crítica à desigualdade social existente. Neles, se gestam novas formas de percepção do espaço urbano, das relações sociais e das instituições, criando-se novas redes de pertencimento e vivência.

4. O aumento da heterogeneidade social, econômica e cultural.

As novas formas de paisagem e iniciativas econômicas, educacionais e culturais presentes nas favelas vêm ampliando a diferenciação entre os diversos grupos sociais que constituem as favelas. Os diversos vínculos institucionais, a diferenciação do poder aquisitivo e das referências culturais/educacionais faz com que as redes sociais locais se multipliquem, constituindo-se diferentes habitus e identidades sociais.

5. A mudança no caráter das Associações de Moradores, que sofreram uma progressiva "privatização".

As associações cumpriram, historicamente, um importante papel como instituição articuladora das demandas dos moradores das favelas. Na década de 80, entretanto, seus dirigentes, em geral, passaram a ter uma forte vinculação política-partidária, além de terem se tornado, progressivamente, lideranças comunitárias profissionais. Na década de 90, foi se ampliando a ligação entre esse tipo de dirigente e o tráfico de drogas, na perspectiva de se suprimir a alternância de poder. Sustentadas no poder paralelo e em parcerias estabelecidas com os poderes municipal e/ou estadual, as associações deixaram de realizar eleições, foram perdendo legitimidade e tornaram-se mais uma organização prestadora de serviços locais, funcionando, de certa forma, como uma organização não governamental tradicional.

6. O crescimento do poder de intervenção do tráfico de drogas no cotidiano dos moradores.

Aspecto mais valorizado pelos meios de comunicação e pelos grupos sociais dominantes da cidade, o crescimento real da influência do tráfico no cotidiano decorre do acirramento do enfrentamento das facções criminosas e da manutenção de uma ação policial centrada na repressão e priorização do combate à venda das drogas no varejo. A atuação policial, no formato atual, revela-se esgotada diante da complexidade da rede social, econômica e cultural do tráfico de drogas, além de poderio bélico das facções. A capacidade de intimidação do conjunto da cidade, por meio de ações que paralisam a vida econômica e social do Rio de Janeiro caracterizam a rede do tráfico como um entrelaçamento das questões policial e social.

Diante do exposto, evidencia-se que as mudanças processadas nas favelas cariocas revelam um processo complexo e multifacetado, que vai muito além da visão homogeneizadora que caracteriza os olhares tradicionais, apoiado em um anacrônico discurso centrado na carência. Também não é mais possível

apreender esses territórios a partir da percepção, dicotômica e monolítica, dos seus moradores como potenciais criminosos ou vítimas passivas da ordem social dominante, posturas que revelam a naturalidade com que os moradores dos espaços formais do Rio de Janeiro assumem seus preconceitos em relação às comunidades populares. Faz-se necessário, mais do que nunca, reconhecer que violência criminosa, em particular a do tráfico de drogas não é algo intrínseco às favelas, mas parte da dinâmica social da cidade. E, principalmente, trata-se, de uma vez por todas, de acabar com lugares-comum tipo resgate de cidadania, educar para a cidadania e similares. Afinal, cidadania não se resgata, ela é inerente ao ser social. Todos nascemos cidadãos e, por isso, estamos fadados a exercer nossos direitos e deveres, a nossa humanidade, a nossa cariquice. E a existência das favelas torna o Rio de Janeiro cada vez mais carioca. Por isso, ela é, antes de tudo, solução, uma solução carregada de desafios. Que possamos enfrentá-los juntos, numa rede tecida pela esperança e pela solidariedade.